



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11412 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS PROCESSOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE MACAPÁ - AP (2017-2019): UMA DISCUSSÃO INICIAL A PARTIR DA PRODUÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS**

Priscila de Jesus Braga Coelho - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Margareth Guerra dos Santos - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS PROCESSOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE MACAPÁ - AP (2017-2019): UMA DISCUSSÃO INICIAL A PARTIR DA PRODUÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS**

O presente estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado, em andamento, e tem como objeto de investigação os processos de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação da cidade de Macapá (PME/MCP), Amapá (AP). Através do estudo, temos como objetivo analisar que estratégias, articulações e processos foram efetivados pela Secretaria Municipal de Educação de Macapá (SEMED), no período 2017 a 2019, para o Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Macapá.

A pesquisa busca lançar um olhar acerca do objeto de investigação delimitando sua análise às relações de participação que são estabelecidas pelos processos de monitoramento e avaliação do PME defendida pela SEMED, bem como contribuir com os trabalhos científicos e ampliar o debate acerca dos processos de monitoramento avaliação dos planos decenais.

O estudo tem como base epistemológica o materialismo histórico-dialético e parte das categorias de análise: historicidade e contradição. Partimos desse pressuposto por entendermos que os processos de monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação surgem de uma construção histórica e em constante movimento dentro de uma sociedade capitalista. O método de Marx reconhece que o material é a essência do mundo, o qual sofre transformações conforme as leis do movimento, sendo que “a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis.” (TRIVINÕS, 1987, p.23). Ou seja, o mundo material influencia o pensamento e as relações sociais.

A abordagem do método direciona importantes estudos e análises das relações sociais em uma sociedade movida pelo capital, pois compreende suas ações na teoria e norteia o surgimento de movimentos revolucionários, que se opõem às contradições evidenciadas por esse modelo de organização social. Entende-se que as políticas educacionais vigentes foram e são formuladas por reformadores que favorecem a acumulação do capital, fortalecendo suas ideologias e degradando o ensino público.

A metodologia utilizada é baseada em análise documental, registrando fontes primárias e secundárias. Definimos como fontes primárias: Plano Municipal de Educação de Macapá; Relatório Bienal do Plano Municipal de Educação de Macapá (2017 a 2019) e Legislações brasileiras acerca do âmbito educacional (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional – LDB - 9.394/96, Plano Nacional de Educação PNE – Lei - 13.005/2014). Como fontes secundárias: informações bibliográficas sobre processos de monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação, dados da internet e revistas científicas.

Dessa maneira, para compreendermos o objeto de estudo, realizamos um levantamento dos estudos voltados ao processo de monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação para entendermos de que forma a temática vem sendo discutida nos trabalhos acadêmicos, tais como teses, dissertações e artigos produzidos pelas universidades brasileiras. Essa etapa nos oportunizará conhecer o campo educacional do país, no que concerne às ações de monitoramento e avaliação dos referidos documentos, bem como estabelecer um diálogo com as informações provenientes das fontes documentais primárias e secundárias, a fim de compor o texto final da dissertação.

Para isso, utilizamos como fonte de pesquisa a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e dissertações – BDTD - banco de trabalhos acadêmicos que usa o mecanismo de busca do Instituto Brasileiro de informações em ciência e tecnologia. A plataforma usa um sistema online que permite acessar teses e dissertações das universidades brasileiras, os textos são disponibilizados na íntegra, o que facilita a pesquisa e acesso aos documentos.

O Banco de Teses e Dissertações da Capes também foi utilizado no processo de pesquisa, trata-se de um portal *online* oficial do governo brasileiro, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), disponibiliza teses e dissertações brasileiras. É através do portal que os programas de Pós- Graduação fornecem informações à Capes.

Quanto ao levantamento dos artigos, fizemos uso da plataforma *online* de periódicos CAPES, por meio do acesso CAFE (Comunidade Acadêmica Federada) provida pela RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisas). Nesse portal é possível ter acesso aos artigos acadêmicos utilizando *login* e senha da instituição federada.

Para termos acesso aos trabalhos nos bancos citados, usamos os seguintes descritores “Plano Municipal de Educação”, “Avaliação do PME” e “Monitoramento do PME”. Para o refinamento das buscas nos referidos portais utilizamos o período de 2014 a 2021 e área de

concentração Educação e Ciências humanas. Obtivemos 43 resultados. Após a leitura dos resumos desses trabalhos, verificamos que a maioria trata dos planos decenais. De forma geral, os temas das pesquisas têm relação com os processos de monitoramento e avaliação. No entanto, selecionamos somente as produções que tinham como foco de pesquisa a esfera municipal. Dessa forma, escolhemos 7 trabalhos: Corrêa (2019); Figueredo (2020); Moraes (2015); Neto; Castro; Garcia (2016); Raimann (2020); Santos, B. (2020) e Santos, R. (2020).

Os resultados das pesquisas que fundamentaram os trabalhos apontaram que as instâncias hierárquicas dificultam a participação da sociedade nas ações do sistema municipal de ensino, isso interfere no princípio democrático em relação às decisões em políticas públicas, especificamente na política educacional. A dissertação de mestrado de Corrêa (2019), por exemplo, enfatiza que no processo de monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação os procedimentos e orientações são norteados por instâncias federais que definem os indicadores, parâmetros e instrumentos para todo o percurso, através da Comissão de Apoio Técnico e orientações da Secretaria de Articulação com Sistemas de Ensino SASE/MEC.

A autora faz uma crítica ao protagonismo dado à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e ao Conselho Nacional de Secretarias de Educação, pois as tomadas decisões de partem deles, enquanto aos sujeitos da esfera municipal, a serviço de poucos e com tímida participação social, cabe o mero preenchimento de formulários.

O trabalho faz uma abordagem dos conceitos de controle social, monitoramento e avaliação, compreende que essas categorias são carregadas de significados com base em diferentes correntes de pensamento, no âmbito da educação o controle social está voltado para as “[..] relações entre as instâncias do poder público e a comunidade, entretanto é impossível tratar da qualidade de ensino sem relacioná-la à discussão de controle social.” (CORRÊA, 2019, p.33).

Figueredo (2020) dialoga com Corrêa (2019) ao destacar os desafios na implantação de uma gestão democrática do Plano Municipal de Educação, além disso, reflete sobre o papel dos Conselhos Municipais de Educação (CME) enquanto órgãos de Estado e mecanismos de participação no processo de democratização do ensino municipal, constatou que a participação do CME é limitada, pois sua organização, estrutura e financeiro dependem, em muitos casos, da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A autora defende que a participação “[..] é condição imprescindível para que processos democráticos, o controle social e as mudanças necessárias à educação e à sociedade aconteçam.” (FIGUEREDO, 2020, p.56).

Moraes (2015), por sua vez, traz uma reflexão sobre a importância de elaborar mecanismos avaliativos que conduzam o fortalecimento da prática do planejamento em educação, levando em consideração uma concepção de desenvolvimento de políticas que visem ao combate das desigualdades educacionais para os que vivem à margem da sociedade.

A pesquisa de Moraes (2015) constata a importância de se adotar uma posição comprometida com a perspectiva do monitoramento e avaliação do Plano municipal de educação, tais elementos estão relacionados com o planejamento da política pública.

No artigo de Neto; Castro e Garcia (2016), os autores fazem uma abordagem sobre o papel dos Planos Municipais de Educação (PME) na organização do Sistema Nacional de Educação (SNE), levam em consideração o Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios norte-rio-grandenses, na dimensão da gestão educacional. Ao verificar a atuação do PAR na organização do PME, o texto alerta sobre uma forte centralização das políticas sob a égide do governo federal, enfraquecendo, desse modo, as ações dos municípios na construção e idealização de suas políticas educacionais. As imposições da instância federal interferem na administração municipal minimizando “[..], os mecanismos de gestão democrática, como a autonomia e a participação.” (NETO; CASTRO; GARCIA, 2016, p.62.).

Raimann (2020), ao fazer uma análise das ações do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação, considerando o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), observou que as categorias monitoramento e controle social podem ser entendidas na perspectiva de duas concepções, a primeira como forma de controle estatal ou gerencialista, e a segunda como efetiva forma de participação social nas tomadas de decisões no que a população anseia enquanto bem social.

A autora observa que na democracia liberal, ao problematizar as categorias Monitoramento e controle social no movimento dialético, há um conflito entre dois projetos educacionais, de um lado o ensino é voltado para o mercado de trabalho, e do outro para a formação humana plena. No que concerne o Plano Municipal de Educação, na visão do estado gerencial, o seu processo de implementação e avaliação apresenta um discurso democrático, porém, em sua essência tem como foco a responsabilização dos sujeitos envolvidos. Já no controle social o envolvimento da sociedade no processo de monitoramento e avaliação do PME é fator principal e “almeja uma qualidade socialmente referenciada” (RAIMANN, 2020, p.822).

Em análise sobre o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Cascavel, no que se refere às Políticas Públicas para a EJA – Fase I, Santos (2020) observou que os documentos resultantes do monitoramento e avaliação não são informados às demais secretarias, universidades com cursos de licenciatura e pedagogia, ou seja, os documentos circulam internamente na própria SEMED, são publicados no portal do município, no portal do MEC e são encaminhados ao poder legislativo como cumprimento de prerrogativas legais.

A pesquisa concluiu que os documentos estudados visam apenas cumprir as metas sem levar em consideração estudos análises, parcerias entre outras instituições. A autora critica a falta de diálogo entre a comunidade e a gestão municipal. O estudo sugere que haja documentos condensados sobre processo de monitoramento e avaliação do PME, apresentando possíveis causas e soluções, bem como espaço para a participação dos diversos

segmentos sociais nas ações do ensino municipal.

Para finalizar, citamos Santos (2020), que analisou como vem se delineando a participação dos sujeitos sociais coletivos no monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PMEs) da Mesorregião da Zona da Mata Mineira. A pesquisa constatou que poucos relatórios descreveram como ocorreu a participação da sociedade civil no processo monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação. Com base nisso, as comissões coordenadoras têm desenvolvido apenas o cumprimento de uma exigência legal. A dissertação reflete sobre a necessidade de compreender o contexto local em relação às transformações estruturais na organização do Estado brasileiro, bem como fortalecer a participação da sociedade nas decisões políticas.

Percebemos através das leituras dos estudos mencionados acima, que tratam dos processos de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, a importância da participação social nas ações e articulações das políticas educacionais. Para esse intento é fundamental deixar claro o papel dos principais atores e instituições responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PME. Vale enfatizar que monitorar e avaliar são etapas que colaboram para a obtenção das metas propostas, apontam as lacunas e possibilitam alterações necessárias na execução do plano, oportunizando a flexibilidade necessária para atender as demandas da sociedade. Por isso, tais etapas precisam estar articuladas em um único processo.

A presente proposta de estudo busca analisar que estratégias, articulações e processos foram efetivados pela Secretaria Municipal de Educação de Macapá (SEMED), no período 2017 a 2019, para o Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Macapá, delimitando sua análise às relações de participação social em tais processos. Além disso, espera-se ampliar o debate acerca dos processos de monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação e contribuir com os trabalhos científicos que tratam da temática, compreendendo o objeto de estudo por meio de sua historicidade e contradição.

**Palavras-Chave:** Plano Municipal de Educação. Monitoramento e Avaliação. Participação Social.

## Referências

CORRÊA, Josiane Caroline de Souza Salomão. **Avaliação e monitoramento dos Planos Municipais de Educação na Região Cone Sul/MS (2015-2017)**. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados, MS, 2019.

FIGUEREDO, Eweny Cristina Moraes. **Conselho Municipal De Educação: um estudo sobre a participação dos conselheiros na gestão do Plano Municipal de Educação no município de Paço do Lumiar/MA**. 2020. 222 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSO) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

MORAES, Mary Ellen Costa. **O plano municipal de educação de Benevides-PA: processo de monitoramento e avaliação.** Orientadora: Rosana Pereira Fernandes. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11351>. Acesso em: 25/05/2021.

NETO, Antônio Cabral; CASTRO, Alda Maria Duarte Araujo; GARCIA, Luciane Terra dos Santos. **Plano Municipal de Educação: elaboração, acompanhamento e avaliação no contexto do PAR.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 47-67, jun. 2016. ISSN 2447-4193. DOI : <https://doi.org/10.21573/vol32n012016.62648>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/62648>. Acesso em: 25/05/2021.

RAIMANN, E. G. Avaliando o plano municipal de educação: monitoramento e controle social. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 15, n. esp.1, p. 810–824, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp.1.13351. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13351>. Acesso em: 25/05/2021.

SANTOS, Bruna de Souza Pereira. **Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos: uma Análise do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Cascavel (2016-2019).** 2020. 129 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel -PR.

SANTOS, Rosangela dos. **A participação social no monitoramento e avaliação dos planos de educação dos municípios da zona da mata mineira.** Orientadora: Dra. Elisangela Alves da Silva Scaff. 2020. 159 f. Dissertação (Programa de Pós - Graduação em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR.

TRIVIÑOS, Augusto Nilbaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: atlas, 1987.